

Governo Macri, um Governo Temer + FMI | Raul Pont

13/06/2018

“Pão, teto e trabalho”, com essa palavra de ordem, cem mil argentinos (as) ocuparam a Praça de Maio, no dia 1º de junho, em Buenos Aires, no encerramento da grande “Marcha Federal” convocada por movimentos sociais, sindicatos e várias organizações políticas do país. Foi a resposta popular contra o governo Macri e o ajuste fiscal comprometido com o Fundo Monetário Internacional, o FMI.

A impressionante manifestação reuniu colunas que vieram das mais distantes províncias representando trabalhadores, desempregados, ocupações urbanas, movimento de mulheres – das mães e avós da Praça de Maio ao forte movimento pela legalização do aborto – , trabalhadores rurais e militantes partidários e sindicais, com discreta participação da CGT e dos partidos tradicionais.

O acordo Macri-FMI, com créditos na ordem de 50 bilhões de dólares à Argentina, terá como contrapartida um Ajuste Fiscal que vai arrochar ainda mais os servidores públicos, alterar para pior as leis previdenciárias, pressionar os salários e as negociações sindicais, diminuir o gasto público e desregulamentar mais a economia e o comércio externo. Isso significará mais desemprego, menos investimentos e uma inflação que já ultrapassa os 20% ao ano.

O governo Macri eleito, o golpista governo Temer, ambos a serviço dos bancos, do rentismo financeiro e praticando as mesmas políticas anti povo e anti nação.

Os pronunciamentos no ato, se abstrairmos o espanhol, serviriam perfeitamente para o Brasil, pois as críticas aos governos e as lutas e reivindicações populares são as mesmas lá e aqui.



Marcha Federal na Praça de Mayo por Pão, teto e trabalho, com dirigentes da Unidade Popular e CTA. (Arquivo pessoal)

Por isso, o sentimento de solidariedade, de luta comum dos povos latino americanos é cada vez mais forte e isso foi expresso no momento em que foi anunciada a representação do PT brasileiro na tribuna. Milhares de vozes ecoaram na praça, várias vezes, com o grito de Lula Livre e uma ovação emocionante.

A diferença com o Brasil era a ausência do gás lacrimogêneo, os batalhões de choque e a permanente criminalização dos movimentos sociais. Além disso, uma sociedade que pode ter acesso plural e democrático na cobertura dos eventos pela mídia impressa e na TV.

Acostumados ao monocórdio e monopólico meio de comunicação no Brasil, onde impera a “voz do dono”, qualquer brasileiro se surpreende com as informações, as entrevistas, o conteúdo e o significado das manifestações através dos próprios protagonistas. Os grandes atos ocupam as capas dos jornais, colunistas e articulistas emitem opinião, o contraditório se estabelece, diferente do “pensamento único” dominante no Brasil, capitaneado e pautado pela Globo.

Na segunda-feira, dia 4 de junho, o Movimento de Mulheres pela legalização do aborto, manifestou-se na frente do Congresso Nacional. Milhares de mulheres, de variados movimentos sociais e partidários com seus “lenços verdes”, unificadas na luta pelo “direito ao aborto legal, seguro e público” pressionaram os deputados para votarem o projeto que já tramita no Parlamento.

Nos dias seguintes, jornais, rádios e Tvs trataram do tema com grande destaque. Um dos diários deu grande cobertura com capa e cinco páginas de informação, debate, opinião das manifestantes dos parlamentares da situação e de representantes de instituições religiosas.

As comissões temáticas do Congresso reuniram-se com representantes das manifestantes visando a construção de emendas e ou posições consensuais no projeto de lei, junto às várias bancadas.

Estas gigantescas manifestações foram totalmente ignoradas pela imprensa gaúcha, sempre tão alerta para nos informar dos perigos que nos ameaçam desde a Venezuela e Cuba.

Nova Conjuntura

No contato com partidos e sindicatos, para levar informações sobre a prisão política de Lula, a situação do país e o processo eleitoral no Brasil, foi possível perceber uma mudança na conjuntura argentina devido ao acordo com o FMI.

Se já havia muita luta popular, o aumento de desemprego e a volta da miséria para milhares de famílias, o governo Macri possuía o capital político da vitória eleitoral, uma maioria congressual e até capacidade de conciliação com setores oposicionistas em províncias governadas pelo peronismo.

A submissão ao ajuste fiscal que impõe o FMI tende a mudar o quadro político e à radicalização da luta política na Argentina. A oposição não tem um nome que unifique para a disputa em 2019. Cristina Kirchner, mesmo eleita senadora, não consegue cumprir esse papel hoje. Mas, o aumento da crise e o isolamento do presidente Macri poderão ajudar a construir uma opção oposicionista forte. O que parecia remoto, volta a ocupar o horizonte político do país.

Tradicionalmente fragmentada, a esquerda vem dando passos na busca de ação conjunta.

Vários grupos políticos com forte atuação na base sindical e nas lutas sociais nos bairros como Movimento Evita, Livres do Sul, Unidade Popular, Partido do Trabalho e do Povo (PTP), Movimento Popular A Dignidade, Movimento Vamos e outros realizaram um grande ato, no dia 5 de junho, no Ginásio do Ferro Carril Oeste F. C. com mais de 2000 pessoas, para anunciarem a formação de uma frente política denominada Em Marcha, visando fortalecer a luta social e buscar construir uma unidade política para 2019.

Nesse ato, mais uma vez, ficou reafirmada a compreensão e a importância do que ocorre no Brasil para os movimentos populares na Argentina.

Ao fazer a fala de abertura do ato para agradecer as várias ações já realizadas no país em solidariedade e luta pela liberdade de Lula, pude constatar a força e o significado do papel do Presidente Lula para os povos da América. “Lula Livre” pulsa cada vez mais forte no coração e na voz dos trabalhadores do continente. Tivemos a possibilidade de conceder entrevistas a rádios, jornais e na TV, no C5N, de grande audiência na capital portenha, nas quais reaparecia sempre a preocupação sobre o futuro do Brasil e as consequências para a América Latina.

No dia 7, em La Plata, capital da província de Buenos Aires, organizado pelos mesmos grupos políticos, participamos da formação de mais um comitê “Lula Livre”. O ato realizou-se na sede local da Associação dos Trabalhadores do Estado (ATE), um dos sindicatos mais combativos do país, com a presença de um público ávido por saber o que acontece no Brasil, se Lula será candidato, como está a presidenta Dilma, o que vai acontecer com a Petrobrás.

A experiência que ficou da viagem é de uma maior consciência da luta comum dos povos latino americanos. A mesma dominação imperialista, a mesma classe dominante entreguista e sem projeto nacional, a certeza de que nossos governos estão certos em fortalecer o Mercosul, a UNASUL e a integração universitária e cultural que Lula e Dilma vinham construindo.

Raul Pont é professor e ex-deputado estadual pelo PT-RS